REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

JUVENTUDE EM TEMPOS PÓS-PANDÊMICOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE O PERFIL DOS JOVENS E A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

YOUTH IN POST-PANDEMIC TIMES: CONTENT ANALYSIS ON THE PROFILE OF YOUNG PEOPLE AND THE CENTRALITY OF SOCIOEMOTIONAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION

JUVENTUD EN TIEMPOS POSPANDÉMICOS: ANÁLISIS DE CONTENIDO SOBRE EL PERFIL DE LOS JÓVENES Y LA CENTRALIDAD DE LA EDUCACIÓN SOCIOEMOCIONAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Ane Patrícia Viana José de Mira[1], Madson Fernandes de Melo Junior[2], Júlio Paulo Cabral dos Reis[3], Guilherme Mendes Tomaz dos Santos[4]

e747652
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i4.7652

PUBLICADO: 04/2026

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise do perfil dos jovens no período pós-pandemia da COVID-19, a partir de estudos recentes publicados em língua portuguesa na plataforma SciELO entre 2021 e 2025, no campo da educação. O estudo, de abordagem qualitativa, utilizou a Análise de Conteúdo para a interpretação dos dados (Bardin, 2016), aplicada a um corpus composto por sete artigos científicos que abordam dimensões centrais como desigualdade digital, saúde mental, evasão escolar, trajetórias de trabalho e estudo, além do papel das escolas na reconstrução de vínculos e no fortalecimento da permanência escolar. Os resultados apontam que a pandemia intensificou vulnerabilidades preexistentes e revelou novas demandas educacionais, destacando-se categorias emergentes que evidenciam a necessidade de investimentos em políticas e práticas de educação socioemocional, entendida como eixo transversal do currículo e estratégia para a garantia do direito à educação e a promoção da equidade. Conclui-se que as escolas precisam adotar programas estruturados de apoio socioemocional, articulando gestão democrática, formação docente e parcerias institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Educação Básica. Pós-pandemia. Educação Socioemocional. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

This article aims to present an analysis of the profile of young people in the post–Covid-19 pandemic period, based on recent studies published in Portuguese on the SciELO platform between 2021 and 2025 in the field of education. The study adopts a qualitative approach and used Content Analysis for data interpretation (Bardin, 2016), applied to a corpus composed of seven scientific articles that address central dimensions such as digital inequality, mental health, school dropout, trajectories of work and study, as well as the role of schools in rebuilding social bonds and strengthening school retention. The results indicate that the pandemic intensified preexisting vulnerabilities and revealed

[1] Doutora em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.
[2] Mestre em Energia e Meio Ambiente, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Redenção, Ceará, Brasil.
[3] Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
[4] Pós-doutorando em Administração em Gestão e Desenvolvimento da Educação, Escola Superior de Comércio e Administração do Instituto Politécnico Nacional (Esca/IPN), Cidade do México, México.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

new educational demands. The emerging categories highlight the need for investments in policies and practices of socioemotional education, understood as a transversal axis of the curriculum and a strategy to guarantee the right to education and promote equity. It is concluded that schools need to adopt structured socioemotional support programs, articulating democratic management, teacher training, and institutional partnerships.

KEYWORDS: *Youth. Basic Education. Post-pandemic. Socioemotional Education. Content Analysis.*

RESUMEN
El presente artículo tiene como objetivo presentar un análisis del perfil de los jóvenes en el período posterior a la pandemia de la COVID-19, a partir de estudios recientes publicados en lengua portuguesa en la plataforma SciELO entre 2021 y 2025, en el campo de la educación. El estudio, de enfoque cualitativo, utilizó el Análisis de Contenido para la interpretación de los datos (Bardin, 2016), aplicado a un corpus compuesto por siete artículos científicos que abordan dimensiones centrales como la desigualdad digital, la salud mental, la deserción escolar, las trayectorias de trabajo y estudio, además del papel de las escuelas en la reconstrucción de vínculos y en el fortalecimiento de la permanencia escolar. Los resultados señalan que la pandemia intensificó vulnerabilidades preexistentes y reveló nuevas demandas educativas, destacándose categorías emergentes que evidencian la necesidad de inversiones en políticas y prácticas de educación socioemocional, entendida como un eje transversal del currículo y una estrategia para garantizar el derecho a la educación y promover la equidad. Se concluye que las escuelas necesitan adoptar programas estructurados de apoyo socioemocional, articulando la gestión democrática, la formación docente y las alianzas institucionales.

PALABRAS CLAVE*: Juventud. Educación Básica. Pospandemia. Educación Socioemocional. Análisis de Contenido.*

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 (2020-2022) representou uma das maiores crises contemporâneas da educação mundial. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco, 2021), mais de 1,6 bilhão de estudantes tiveram suas rotinas escolares interrompidas, com impactos diretos sobre a aprendizagem, o bem-estar e as perspectivas de futuro. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (PNAD-COVID, 2021) indicam que mais de 4 milhões de estudantes abandonaram ou estavam em risco de abandonar a escola durante o período crítico da pandemia, com efeitos ainda sentidos no cenário atual.

Esse contexto trouxe à tona a importância de se compreender o perfil da juventude no pós-pandemia, especialmente no âmbito da educação básica, que compreende desde a educação infantil até o ensino médio. O fechamento prolongado das escolas, o ensino remoto emergencial e as desigualdades no acesso às tecnologias impactaram fortemente os jovens, gerando novos desafios para as políticas públicas e para a gestão educacional.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar quais características emergem no perfil dos jovens pós-pandemia e as implicações desse diagnóstico para o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

fortalecimento da educação socioemocional, utilizando a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) em artigos científicos recentes publicados na SciELO, relatórios de organismos internacionais e documentos normativos nacionais, sob a premissa de que as demandas socioemocionais desses sujeitos exigem uma resposta educacional estruturada e integrada.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura educacional recente aponta múltiplas dimensões do impacto da pandemia sobre os jovens. Para melhor compreender esse cenário, organizou-se a revisão teórica em cinco eixos principais: desigualdade digital, saúde mental, evasão e permanência escolar, políticas públicas e gestão educacional, e educação socioemocional.

A análise do perfil das juventudes no contexto pós-pandemia não pode prescindir de um diálogo com os clássicos da educação crítica. Freire (1996), Gadotti (2000) e Peroni (2015) oferecem perspectivas fundamentais para compreender a função social da escola e a centralidade da educação socioemocional na formação integral. Essa fundamentação teórica será articulada em três eixos: a pedagogia freireana e a educação libertadora; a escola cidadã e a gestão democrática; e as juventudes e políticas públicas no cenário contemporâneo.

Freire (1996, p. 22), em sua obra ‘Pedagogia da Autonomia’, defende que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Essa concepção enfatiza a dialogicidade, o respeito aos saberes dos estudantes e a construção de uma prática educativa que reconheça as juventudes como sujeitos históricos. Para Freire (1987, p. 32), na ‘Pedagogia do Oprimido’,

> a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos desvelam o mundo da opressão e se comprometem, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia de todos os homens em processo permanente de libertação.

Essa reflexão é fundamental para o cenário pós-pandêmico, no qual milhões de jovens vivenciaram processos de exclusão educacional, seja pela desigualdade digital, pela evasão escolar ou pela necessidade de conciliar estudo e trabalho. A pedagogia freireana inspira práticas que não apenas acolhem, mas também reconhecem e potencializam a capacidade transformadora das juventudes.

Na perspectiva de Gadotti (2000), a escola cidadã é concebida como espaço democrático, capaz de garantir a participação de estudantes, famílias e comunidade na construção do projeto pedagógico. Segundo o autor:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

> A escola cidadã é aquela que se abre ao mundo e às questões sociais, que não se limita a transmitir conteúdos, mas que educa para a cidadania, para a participação crítica e para a transformação da realidade. (Gadotti, 2000, p. 87).

A articulação entre escola cidadã e juventudes pós-pandemia remete ao desafio de reconstruir vínculos e garantir que a permanência escolar seja acompanhada de sentido social e político. Assim, a gestão democrática e a valorização do protagonismo juvenil se tornam elementos estruturantes.

Já Peroni (2015) destaca que as juventudes não podem ser vistas apenas como destinatárias de políticas educacionais, mas como sujeitos de direitos e atores sociais. A autora critica a mercantilização da educação e ressalta a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a escola pública como espaço de emancipação. Ela defende que:

> As políticas educacionais não podem reduzir a juventude a objeto de intervenção, mas devem reconhecê-la como sujeito, com direito à voz, à participação e à construção coletiva do conhecimento. (Peroni, 2015, p. 44).

Nesse sentido, compreender a juventude no pós-pandemia exige um olhar ampliado, que articule as categorias de exclusão digital, saúde mental, permanência escolar e educação socioemocional com o marco teórico freiriano, com a proposta da escola cidadã e com a perspectiva crítica de Peroni (2015) sobre juventudes e políticas públicas.

2. MÉTODOS

Optou-se pela Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), por se tratar de uma técnica adequada para interpretar discursos e identificar categorias emergentes em um corpus textual. Foram selecionados, entre os artigos, além dos demais documentos sete trabalhos, disponíveis na plataforma SciELO, publicados entre 2021 e 2025, seguindo os seguintes critérios: relacionados ao campo da educação, trate do perfil dos jovens no pós-pandemia e em português. Já quanto aos relatórios e demais documentos, foram selecionados aqueles que tratam diretamente do tema da pesquisa e norteiam as decisões em relação à educação no Brasil.

A análise foi conduzida em três etapas: (1) pré-análise, com leitura flutuante e definição dos critérios de inclusão, para verificar a aderência aos objetivos. (2) exploração do material, com codificação temática e identificação das categorias centrais, no qual os dados brutos dos documentos e artigos foram fragmentados em unidades de registro; e (3) tratamento dos resultados, com interpretação e discussão das categorias bucando alicerça-los à luz da literatura educacional vigente e dos dados orientações, diretrizes e normativas de organismos nacionais e internacionais, tais como as encontradas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Relatório de Acompanhamento Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – Inep, *Survey on Social and*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Emotional Skills, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Unesco e Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, e agrupamento das unidades em cinco categorias finais (Desigualdade Digital, Saúde Mental, Evasão Escolar, Trajetórias de Trabalho/Estudo e Educação Socioemocional), fundamentado na interseção entre os achados empíricos e a fundamentação teórica.

A estratégia de busca seguiu rigorosamente os seguintes critérios: Descritores: "Juventude", "Pós-pandemia", "Educação Socioemocional". As bases de dados foram o SciELO (para artigos científicos) e bases de organismos institucionais (Inep, OCDE, Unesco, Unicef, IBGE). A inclusão de relatórios institucionais visa complementar a análise qualitativa com dados estatísticos oficiais, mitigando a limitação de uma análise baseada exclusivamente em uma única base de dados.

Neste sentido, o quadro 1 apresenta os achados analisados, no que diz respeito os artigos, indicando autores, ano, título, periódico e resumo dos principais resultados:

Quadro 1. Composição do Corpus Analisado

N	Autor(es)	Ano	Título	Periódico	Principais resultados
1	Macedo, R. M.	2021	Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e acesso à educação	Educação & História	Evidencia o impacto da exclusão digital como aprofundamento das desigualdades educacionais.
2	Almeida, P. R.	2021	Relações no ambiente escolar pós-pandemia	Revista Internacional em Educação	Mostra a necessidade de reconstrução dos vínculos institucionais e familiares.
3	Gadagnotto, T. C.	2022	Consequências emocionais da pandemia para adolescentes	REEUSP	Evidencia o aumento de problemas de saúde mental entre jovens.
4	Vazquez, D. A.	2022	Vida sem escola e saúde mental dos estudantes	Saúde e Desenvolvimento (SDEB)	Analisa a solidão e a perda de interesse escolar durante o isolamento.
	França, A.	2023	Educação e desigualdades digitais durante a pandemia	LingEduSoc	Relaciona com profundidade, desigualdade digital com

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

					desigualdade social mais ampla.
	Silva *et al*.	2023	Situação juvenil no contexto da educação em tempos de crise	Revista EDUCA	Mostra o crescimento da evasão escolar e a inserção precoce no mercado de trabalho.
	Nobre, M. R.	2024	Que escola pós-pandemia?	Educação em Revista	Defende a necessidade de flexibilização curricular e apoio socioeconômico aos jovens.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Pela análise dos artigos mencionados as categorias identificadas foram: desigualdade digital, saúde mental, evasão escolar, trajetórias de trabalho e estudo, e educação socioemocional. Na próxima seção apresenta-se os resultados e as discussões sobre estas categorias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos a partir dos artigos da SciELO e de organismos internacionais, tais como a Unesco, quando articulada com os referenciais teóricos de Freire (1996), Gadotti (2000) e Peroni (2015), evidencia que os impactos da pandemia não se resumem somente a perdas cognitivas, mas configuram uma crise estrutural da educação básica. Essa crise demanda respostas que transcendam políticas paliativas, mas sim políticas que promovam uma transformação efetiva da escola.

Em diálogo com Freire (1996), pode-se afirmar que o acolhimento socioemocional é inseparável de uma prática pedagógica emancipadora. Como destaca o autor:

> Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (Freire, 1996, p. 25).

Portanto, a recuperação e reestabelecimento da aprendizagem e o fortalecimento da permanência escolar passam pela construção de relações dialógicas, nas quais os jovens possam se reconhecer como protagonistas, sentindo-se incluídos ao processo.

Na perspectiva de Gadotti (2000), os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de ressignificar a escola como espaço de cidadania. O fortalecimento da gestão democrática, do currículo participativo e da integração com a comunidade são elementos centrais para enfrentar a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

evasão escolar e os desafios socioemocionais identificados. Principalmente após um cenário pandêmico. A responsabilidade formativa perpassa por família, escola, comunidade, dentre outros.

Peroni (2015), por sua vez, contribui para a análise ao enfatizar que a precarização das condições de vida e a mercantilização da educação agravam a exclusão das juventudes. Nesse sentido, a evasão escolar e a inserção precoce no mercado trabalho, registradas nos dados analisados, devem ser compreendidas como expressões de desigualdades estruturais. Como afirma a autora, a juventude “trabalhadora não pode ser vista como fracassada ou desinteressada, mas como vítima de um modelo de sociedade que subordina a educação às exigências do mercado” (Peroni, 2015, p. 62). O que se intensificou após a pandemia, muitos estudantes, ingressaram ao mercado de trabalho, para ajudar suas famílias que foram severamente afetadas e/ou até mesmo como uma maneira de sobreviver por questões geradas pelo período. Peroni (2015) discute a precarização e a exclusão estrutural, corroboradas por INEP (2022), que registra um aumento de 12% na taxa de abandono escolar no Ensino Médio no período pós-pandêmico.

Nesse contexto, a proposta de Gadotti (2000) para uma "Escola Cidadã" torna-se urgente. O autor defende uma gestão democrática que abra a escola para as questões sociais e para a participação ativa de todos os sujeitos. Essa defesa da democratização do espaço escolar vincula-se diretamente às diretrizes de integração "Escola-Família-Comunidade" presentes nos relatórios da OCDE (2022), que apontam a articulação entre esses diferentes agentes como estratégia fundamental para mitigar as disparidades no acesso às tecnologias e fortalecer a rede de apoio ao estudante.

Por fim, a dialogicidade proposta por Freire (1996) como base da prática educativa é indispensável para o acolhimento dos jovens que vivenciaram processos de isolamento. Essa reflexão freireana sobre o reconhecimento do outro como sujeito histórico conecta-se aos achados de Almeida (2021), que destaca a necessidade premente de reconstrução dos vínculos institucionais e familiares para que a escola retome seu papel de ambiente de socialização e cuidado, garantindo que a permanência escolar seja acompanhada de sentido e pertencimento

Assim, os resultados evidenciam a urgência de políticas que articulem o direito à educação, o acolhimento socioemocional e a construção de uma escola pública cidadã. Esse projeto demanda investimento público consistente, valorização da profissão docente e fortalecimento da participação da comunidade escolar, pela representação de seus variados agentes, e instituições. Nas próximas subseções estabelece-se uma reflexão sobre cada categoria obtida pela análise realizada.

3.1. Juventude e desigualdades educacionais

Estudos como os de Macedo (2021) e França (2023) evidenciam que a exclusão digital se tornou um dos fatores mais determinantes para explicar as perdas de aprendizagem durante a pandemia. O acesso desigual à *internet*, a equipamentos adequados e a ambientes condizentes ao

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

processo ensino-aprendizagem, aprofundou as disparidades entre estudantes de diferentes classes sociais, comprometendo o direito à educação em condições de equidade. Tais resultados dialogam com relatórios da OCDE (2022), que destacam a urgência da inclusão digital como política pública estruturante.

Macedo (2021, p. 45) afirma que “o acesso às tecnologias digitais durante a pandemia foi um divisor de águas entre os estudantes que puderam continuar seus estudos e aqueles que foram excluídos do processo educativo”. Esse diagnóstico revela que a questão da inclusão digital não pode ser tratada como mero recurso tecnológico, mas como elemento estruturante do direito à educação.

Na mesma linha, França (2023, p. 67) destaca que “a desigualdade digital perpetuou desigualdades históricas, produzindo um cenário em que a aprendizagem se tornou privilégio de poucos”. Ao relacionar a exclusão digital com as desigualdades sociais mais amplas, o autor reforça a tese de que a pandemia não criou problemas, mas aprofundou desigualdades já existentes.

O relatório da OCDE (2022) evidencia, ainda, que o Brasil está entre os países com maior discrepância no acesso às tecnologias digitais, o que limita a eficácia de políticas de ensino híbrido. Nesse sentido, a análise mostra que os diferentes autores convergem para a ideia de que superar a desigualdade digital é condição necessária para reduzir as desigualdades educacionais no pós-pandemia.

3.2. Saúde mental e bem-estar

Gadagnotto (2022) e Vazquez (2022) apresentam dados consistentes sobre a intensificação de problemas de saúde mental entre adolescentes durante e após a pandemia. A ansiedade, a depressão e o isolamento social (solidão) emergem como sintomas prevalentes, que afetam diretamente o desempenho escolar e as relações sociais. Estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef (2022) confirmam que a saúde mental dos jovens se tornou uma das maiores preocupações globais da agenda educacional no pós-pandemia.

Segundo Gadagnotto (2022, p. 102), “o impacto emocional da pandemia sobre adolescentes brasileiros se manifesta em sintomas de ansiedade, tristeza profunda e perda de interesse pelas atividades escolares”. A autora relaciona o contexto de isolamento social com a intensificação de vulnerabilidades emocionais.

Vazquez (2022, p. 89) complementa essa perspectiva ao afirmar que “a vida sem escola aumentou o sentimento de vazio e solidão nos estudantes, comprometendo sua capacidade de concentração e aprendizagem”. Sua análise aponta para o papel central da escola não apenas como espaço de aprendizagem formal, mas como ambiente de socialização e cuidado.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

De forma convergente, a Unicef (2022, p. 15) reconhece que a saúde mental juvenil se tornou “uma crise silenciosa do século XXI”, reforçando a urgência de que as políticas educacionais incluam programas de apoio psicológico.

A discussão entre os autores indica que a pandemia revelou a dimensão emocional, focada na saúde principalmente mental, como condição indispensável para o sucesso escolar, fortalecendo a defesa da educação socioemocional. A urgência de políticas que incluam o apoio psicológico e o desenvolvimento de competências socioemocionais é corroborada por evidências internacionais robustas. A meta-análise de Durlak *et al.*, (2011), envolvendo mais de 270 mil estudantes, revelou que intervenções escolares estruturadas resultam em ganhos significativos no desempenho acadêmico e no equilíbrio emocional. Complementarmente, estudos longitudinais conduzidos por Taylor *et al.,* (2017) demonstram que o impacto dessas ações é duradouro, refletindo-se, anos após a vida escolar, em melhores indicadores de saúde mental e na redução de comportamentos de risco entre os jovens.

3.3. Evasão e permanência escolar

O estudo Situação Juvenil (2024), pesquisas sistemáticas sobre a juventude, revela que, em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, houve elevação nos índices de evasão e risco de abandono escolar. Os fatores associados incluem necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, falta de acesso a recursos educacionais e tecnológicos e a fragilidade nos vínculos institucionais. Esses dados se articulam aos levantamentos realizados pelo Inep (2022), que apontam o aumento da taxa de abandono escolar no ensino médio associados a tais fatores.

O relatório Situação Juvenil (2024, p. 54) afirma que “os índices de abandono escolar cresceram significativamente entre jovens de baixa renda, que passaram a ver no trabalho a única alternativa de sobrevivência”. Esse dado reforça a correlação entre desigualdade social e acesso à educação.

O Inep (2022, p. 23) registra que “a taxa de abandono escolar no ensino médio aumentou em 12% no período imediatamente posterior à pandemia”. Tais números indicam que os efeitos da crise sanitária ainda repercutem diretamente nos índices de permanência escolar.

Arroyo (2004, p. 77) já alertava que “a escola brasileira convive historicamente com a lógica da exclusão, que empurra os mais pobres para fora do sistema”. Ao relacionar essa análise histórica com os dados contemporâneos, percebe-se que a pandemia funcionou como catalisador de processos de exclusão estrutural, o que reforça a necessidade de práticas de acolhimento e políticas de permanência.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3.4. Educação socioemocional e formação integral

O eixo da educação socioemocional aparece como convergência em diversos estudos. Gadagnotto (2022), Vazquez (2022) e França (2023) defendem a integração das dimensões cognitivas e socioemocionais no currículo escolar, entendendo que a formação integral dos jovens demanda, também, o desenvolvimento de competências como empatia, resiliência, autocontrole e cooperação. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) já reconhece a importância dessas competências, mas a pandemia evidenciou a necessidade de fortalecer sua implementação prática.

Em Brasil (2018, p. 12) já é estabelecido que “o desenvolvimento de competências socioemocionais é parte integrante da formação integral do estudante”. No entanto, sua implementação prática ainda é incipiente em muitas redes escolares.

Libâneo (2012) reforça que “a educação não pode se restringir ao desenvolvimento cognitivo, mas precisa formar sujeitos capazes de conviver, cooperar e enfrentar desafios coletivos” (p. 98). Essa visão amplia a concepção de currículo e de prática pedagógica.

De acordo com a Unesco (2021, p. 27), “a educação do futuro deve priorizar não apenas o aprender a conhecer, mas também o aprender a ser e o aprender a conviver”. Assim, a convergência entre diferentes autores e documentos normativos indica que a educação socioemocional é condição estratégica para a recuperação da aprendizagem e para a efetivação do direito à educação no pós-pandemia.

3.5. Trajetórias de trabalho e estudo

Nobre (2024, p. 33) argumenta que “a escola pós-pandemia precisa lidar com jovens que acumulam responsabilidades de estudo e trabalho, sem contar com políticas públicas que favoreçam essa conciliação”. O autor defende que a flexibilização curricular e o apoio socioeconômico são fundamentais para manter os jovens na escola.

Almeida (2021, p. 59) destaca que “as famílias, pressionadas pela crise econômica, recorreram aos jovens como mão de obra complementar, o que reduziu a centralidade da escola na vida cotidiana”. Essa análise demonstra como a crise econômica, durante e pós-pandemia, se articulou com a crise educacional, alterando as trajetórias escolares.

Na perspectiva de Charlot (2000), “o sentido atribuído pelos jovens à escola depende das condições sociais em que estão inseridos” (p. 41). Ao relacionar esse conceito ao contexto pós-pandemia, é possível concluir que a significação da escola precisa ser ressignificada, de modo a responder às necessidades concretas dos estudantes, especialmente daqueles que conciliam estudo e trabalho, porém, sem perder o seu papel formativo e científico.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3.6. Políticas públicas e gestão educacional

Nobre (2024) e Almeida (2021) destacam a necessidade de repensar a gestão educacional no contexto pós-pandemia. As escolas foram desafiadas a reconstruir suas rotinas, fortalecer vínculos com as famílias e implementar práticas de acolhimento. A literatura indica que a gestão democrática e a articulação entre diferentes atores educacionais são condições fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica. Porém, a escola sozinha, não será capaz ou encontrará sérias dificuldades nesta reconstrução, caso não tenha apoio das instituições, das políticas, da comunidade e da família.

Estudos internacionais, tais como Durlak *et al.,* (2011), Taylor *et al.,* (2017), têm demonstrado de forma consistente que programas estruturados de educação socioemocional produzem impactos positivos no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Uma das meta-análises mais citadas na literatura, conduzida por Durlak *et al.,* (2011), analisou mais de 270 mil estudantes e identificou ganhos significativos não apenas em competências socioemocionais, mas também no desempenho acadêmico, com aumento médio de 11 pontos percentuais em relação aos grupos de controle.

Pesquisas longitudinais indicam ainda que os efeitos da educação socioemocional se estendem para além do período escolar. Taylor *et al.,* (2017) demonstram que participantes de programas de aprendizagem socioemocional apresentam, anos depois, melhores indicadores de saúde mental, maior engajamento social e menor incidência de comportamentos de risco, o que é especialmente relevante no contexto das juventudes pós-pandemia.

A OCDE, por meio da *Survey on Social and Emotional Skills* [1], destaca que o ambiente escolar exerce papel central no desenvolvimento dessas competências, especialmente, a qualidade das relações entre estudantes e professores. Ademais, o relatório aponta que desigualdades socioeconômicas tendem a se refletir em desigualdades socioemocionais, reforçando a necessidade de políticas escolares intencionais e sistemáticas.

De forma convergente, o Unicef, em seu Informe Anual de 2024, alertou que a negligência das dimensões socioemocionais na educação amplia os riscos de evasão escolar, sofrimento psíquico e exclusão social entre adolescentes e jovens. O documento enfatiza que a educação socioemocional deve ser compreendida como parte integrante do direito à educação, especialmente em contextos marcados por crises prolongadas e vulnerabilidades estruturais.

[1] Tradução livre: “Pesquisa sobre Habilidades Sociais e Emocionais”. Tem por objetivo analisar as habilidades sociais e emocionais dos estudantes em idade escolar e o bem-estar individual.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4. CONSIDERAÇÕES

Investir em educação socioemocional significa reconhecer que o desenvolvimento integral dos jovens vai além da dimensão cognitiva. Significa também responder a uma demanda concreta da escola básica brasileira: formar cidadãos críticos, resilientes, empáticos e capazes de enfrentar os desafios contemporâneos. Essa tarefa exige a articulação de políticas públicas consistentes e contínuas, a valorização da formação docente e a integração entre escola, família, comunidade e instituições. Conclui-se, portanto, que a efetivação do direito à educação no contexto pós-pandemia só será possível mediante um compromisso real com a implementação da educação socioemocional como um dos alicerces centrais do currículo e da gestão escolar.

A análise realizada neste estudo permitiu compreender que o período pós-pandêmico revelou e intensificou fragilidades estruturais já presentes no sistema educacional brasileiro, ao mesmo tempo em que evidenciou novas demandas relacionadas ao perfil das juventudes na educação básica. A partir da análise de conteúdo de artigos científicos publicados na plataforma SciELO entre 2021 e 2025 e nos demais documentos de organismos internacionais e nacionais, foi possível identificar que os jovens vivenciam um cenário marcado por múltiplas vulnerabilidades, dentre as quais se destacam a desigualdade digital, os impactos na saúde mental, o aumento do risco de evasão escolar, a necessidade de conciliar estudo e trabalho e a centralidade das dimensões socioemocionais no processo educativo.

Os resultados demonstraram, ainda, que a pandemia não deve ser compreendida apenas como um evento conjuntural que interrompeu temporariamente as rotinas escolares, mas como um fenômeno que aprofundou desigualdades históricas e colocou em evidência limitações estruturais das políticas educacionais. Nesse contexto, a exclusão digital emergiu como um dos fatores mais determinantes para explicar as desigualdades no acesso às oportunidades de aprendizagem, evidenciando que a inclusão tecnológica precisa ser compreendida como política pública estruturante para a garantia do direito à educação.

Outro aspecto relevante identificado refere-se ao agravamento das questões relacionadas à saúde mental de adolescentes e jovens. A intensificação de sentimentos de ansiedade, solidão e desmotivação escolar indica que os impactos da pandemia ultrapassam a dimensão cognitiva e alcançam profundamente o campo das relações sociais, emocionais e identitárias dos estudantes. Nesse sentido, a escola reafirma sua função social não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas como ambiente de socialização, acolhimento e desenvolvimento humano integral.

A análise também evidenciou que os índices de evasão e abandono escolar se relacionam diretamente com as condições socioeconômicas das juventudes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. A inserção precoce no mercado de trabalho, muitas vezes motivada

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

pela necessidade de contribuir para a renda familiar, altera as trajetórias educacionais e redefine o lugar da escola na vida cotidiana dos jovens. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas que articulem estratégias de permanência escolar, apoio socioeconômico e fortalecimento dos vínculos entre estudantes, escola e comunidade.

Diante desse conjunto de desafios, a educação socioemocional emergiu, nos estudos analisados, como uma dimensão estratégica para a reconstrução da escola no período pós-pandêmico. Mais do que um conjunto de competências individuais, ela deve ser compreendida como um eixo transversal do currículo, capaz de articular desenvolvimento cognitivo, formação ética, convivência democrática e construção de projetos de vida. Essa perspectiva dialoga com os referenciais da pedagogia crítica, especialmente com as contribuições de Freire (1996), ao reconhecer os estudantes como sujeitos históricos e protagonistas do processo educativo.

Entretanto, a consolidação de práticas de educação socioemocional nas escolas exige mais do que iniciativas pontuais ou programas isolados. É necessário um compromisso institucional e político que envolva investimentos em formação docente, fortalecimento da gestão democrática, ampliação das políticas de inclusão digital e integração entre escola, família, comunidade e demais instituições sociais. Somente por meio de ações estruturadas e contínuas será possível transformar a educação socioemocional em um elemento efetivo de promoção da equidade e de garantia do direito à educação.

Por fim, destaca-se que este estudo, ao se basear em um *corpus* limitado de artigos científicos publicados em uma base específica, apresentou limitações que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Investigações ampliadas, que incluam outras bases de dados, metodologias empíricas e análises comparativas entre diferentes contextos educacionais, podem contribuir para aprofundar a compreensão sobre as transformações no perfil das juventudes e sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da educação básica no cenário pós-pandêmico. Além disso, apresenta limitações metodológicas relativas ao tamanho reduzido do *corpus* e à restrição das buscas à plataforma SciELO e a organismos selecionados. Os resultados constituem um diagnóstico fundamentado no corpus delimitado, não pretendendo a generalização estatística para a totalidade do sistema educacional nacional, mas oferecendo subsídios para a compreensão de tendências locais e regionais.

Assim, conclui-se que compreender o perfil dos jovens no contexto pós-pandemia é fundamental para orientar a formulação de políticas educacionais mais sensíveis às realidades sociais contemporâneas. Nesse processo, a educação socioemocional, articulada a práticas pedagógicas críticas, inclusivas e democráticas, apresenta-se como um dos caminhos mais promissores para promover a permanência escolar, o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de uma escola pública mais justa, humana e socialmente comprometida.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. *et al.* Relações no ambiente escolar pós-pandemia. **Rev. Internacional em Educação,** 2021. Disponível em https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-47032021000300275. Acesso em: 10 jun. 2025.

ARROYO, 2004. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARREIRA, D. Impactos da covid-19 na educação de jovens e adultos: revisão de literatura (2020-2023). **Rev. Contextos e Práticas**, 2025. Disponível em https://www.scielo.br/j/cp/a/RHTyvBQRjgNyHGqktHrwNzP/?lang=pt Acesso em: 20 set. 2025.

CHARLOT, B. **Educação ou barbárie? Uma escolha para a sociedade contemporânea.** São Paulo: Cortez, 2020.

DURLAK, J. A. *et al.* The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. **Child Development**, v. 82, n. 1, 2011. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21291449/. Acesso em: 28 jan. 2026.

FRANÇA, A.; FURLIN, N. Educação e desigualdades digitais durante a pandemia. **Rev. LES Linguagem Educação e Sociedade,** 2023. Disponível em https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3667. Acesso em: 20 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADAGNOTTO, T. C. Consequências emocionais da pandemia para adolescentes. **REEUSP**, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/MHXNTrCLNTmSLpg5TdcrGqM/?format=pdf&lang=pt. Acesso 20 set 2025.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 2000.

INEP. **Painel de monitoramento PNE**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 24 set. 2025.

LIBÂNEO, J. C. *et al.* **Educação Escolar:** Políticas, Estrutura e Organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e acesso à educação. **Educação & História**, 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?format=html&lang=pt. Acesso em: 22 set. 2025.

NOBRE, M. R. Que escola pós-pandemia? **Educação em Revista**, 2024. Disponível em https://www.scielo.br/j/edur/a/RKw5pwYSvtJ5nJNkhsjn5DK/?lang=pt. Acesso em: 22 set 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

OCDE. **Education at a Glance 2024**. Paris: OECD, 2024. Disponível em https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2024_c00cad36-en.html. Acesso em: 24 set 2025.

OCDE. **Survey on Social and Emotional Skill**s. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/09/beyond-academic-learning_46cf4e15/92a11084-en.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e o papel do Estado no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2015.

SILVA, T. A. A.; PEREIRA, L. P. F.; SARINHO, B. S. Situação juvenil no contexto da educação em tempos de crise. **Rev. RBPAE**., v. 39. 2023. Disponível em https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/122185. Acesso em: 24 set. 2025.

SITUAÇÃO JUVENIL. Situação juvenil no contexto da educação em tempos de crise. **EDUCA (Revista),** 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932023000100126. Acesso 30 jun 2025.

TAYLOR, R. D. *et al.* Promoting positive youth development through school-based social and emotional learning interventions: A meta-analysis of follow-up effects. **Child Development,** v. 88, n. 4, 2017. Disponível em https://dpi.wi.gov/sites/default/files/imce/sspw/pdf/Taylor_et_al_-_FINAL_document_6_17_2017_2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

UNESCO. **Education**: from disruption to recovery. Paris: Unesco, 2021.

UNICEF. **Informe anual de UNICEF 2024**. Nueva York: Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), junio de 2025.Disponível em https://www.unicef.org/media/172251/file/unicef-annual-report-2024-es.pdf Acesso em: 28 jan. 2026.

VAZQUEZ, D. A. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes. **Rev. Saúde e Desenvolvimento (SDEB),** 2022. Disponível em https://www.scielo.br/j/sdeb/a/XTMw5xNXxS4zK9BK3pbBxxg/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 set. 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.